Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 56 – 10 de dezembro de 2012

PJe-JT

Nova versão facilita utilização do PJe-JT

Os Tribunais Regionais do Trabalho têm até o dia 19/12 para implantar a versão 1.4.6 do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). As correções e melhorias estarão disponíveis a partir do dia 12/12, após terem sido largamente testadas pela equipe técnica do CSJT.

A nova versão apresentará avanços para todos os usuários. Para os advogados, por exemplo, ficará mais simples solicitar habilitação nos autos ou fazer o cadastramento inicial no PJe-JT, uma vez que o sistema aproveitará, automaticamente, dados da Ordem dos Advogados do Brasil e do próprio certificado digital, reduzindo a necessidade de digitação.

No módulo de primeiro grau, as novidades são a disponibilização do editor estruturado para a elaboração de sentenças e a racionalização do fluxo de trabalho, com a criação de uma tarefa de controle de prazos judiciais. Também foram otimizados os fluxos para as tarefas de elaboração de despachos, decisões e julgamentos de embargos de declaração, possibilitando um certo grau de automatização no lançamento da movimentação processual.

No módulo de segundo grau, as novidades ficam por conta da melhoria no fluxo do processo, envolvendo as tarefas atinentes ao plantão judiciário e aos procedimentos de competência exclusiva da Presidência.

Também foram feitas correções em funcionalidades usadas por membros do Ministério Público do Trabalho e peritos. Os aprimoramentos são detalhados em manual desenvolvido pela equipe técnica do PJe-JT que será enviado aos TRTs.

Essa já é a sexta versão do sistema disponibilizada aos Regionais. Mensalmente são feitas correções pontuais e incorporadas novas funções, dentro de uma política de evolução constante do PJe-JT.

(Patrícia Resende/CSJT)

Equipes de TI discutirão expansão do PJe-JT em 2013

Para adequação da infraestrutura técnica de suporte ao PJe-JT, representantes da área de tecnologia da informação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho participarão, entre os dias 11 e 13 de dezembro, de reunião com a coordenadoria executiva do sistema em Brasília.

O objetivo é levantar necessidades com vistas a aprimorar a infraestrutura já instalada de equipamentos e ampliar a performance e o desempenho da ferramenta em 2013. Além disso, serão reforçadas orientações sobre rotinas e procedimentos que precisam ser constantemente observados pelos administradores para garantir a eficiência do sistema.

Notícias

Iniciada a mobilização para implantação do PJe-JT no TST

Foto: Fellipe Sampaio

O TST deu início, dia 6 de dezembro, às ações de mobilização para implantação do módulo de 3º grau do PJe-JT. O sistema será instalado em fevereiro de 2013 na 6ª Turma da Corte. Em pronunciamento a servidores e ministros (foto), o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, fez um breve panorama do desenvolvimento do sistema.

Em março de 2011, uma equipe de cerca de 50 servidores cedidos pelo CSJT, TST e TRTs começou a desenvolver as funcionalidades específicas da ferramenta para o processo trabalhista. Há exato um ano, a primeira versão do PJe-JT foi instalada na Vara do Trabalho de Navegantes (SC). Atualmente, 22 TRTs e mais de 160 Varas do Trabalho já utilizam o sistema. Até 19 de dezembro, os 24 Regionais estarão usando a ferramenta, assim como cerca de 250 varas. Para o ministro, o PJe-JT vive uma "eletrizante fase de expansão" e a Justiça do Trabalho deve ser, em breve, o primeiro segmento do Poder Judiciário a instituir um sistema único e moderno de processo judicial eletrônico.

"Diante desse panorama de franca expansão do sistema PJe-JT em todo o País, tornou-se premente a necessidade de desenvolvimento do módulo de 3º grau do PJe-JT para possibilitar a sua integração com os módulos de 1º e 2º graus", lembrou o presidente, acrescentando que um grupo de trabalho foi instituído, em julho deste ano, para definir as funcionalidades necessárias ao sistema no TST. Coordenada pelo ministro Augusto César de Carvalho, a equipe definiu 20 novas funcionalidades que precisam ser desenvolvidas ou adaptadas para o o módulo de terceira instância. Enquanto os desenvolvedores do sistema, com apoio de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação do TST, fazem os ajustes, uma equipe multidisciplinar prepara a implantação da ferramenta no tribunal. Veja a matéria completa aqui.

(Patrícia Resende/CSJT)

Atos regulamentam o Sistema de Gestão Estratégica do TST e da Justiça do Trabalho (SIGEST)

Dois atos recentes regulamentaram o uso do Sistema de Gestão Estratégica (SIGEST) do TST e da Justiça do Trabalho. Pelos atos TST.GP nº 786, de 3 de dezembro de 2012, e Ato CSJT.GP.SG 419, de 28 de novembro de 2012, o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, instituiu o SIGEST nas duas instituições.

No TST, a ferramenta tecnológica será usada para a medição, monitoramento e análise das estratégias definidas para o Tribunal. Os indicadores, metas, planos de ação e projetos do Plano Estratégico do TST (2010 a 2014), serão permanentemente monitorados pelo SIGEST.

CSJT - Já no CSJT o SIGEST, cujo ato de instituição foi editado ad referendum do Plenário, deverá ser usada para a medição, monitoramento e análise das estratégias definidas pelo Conselho e pelos TRTs. A partir de agora, o acompanhamento da execução da gestão estratégica nos órgãos deverá ser realizado exclusivamente por meio do sistema. Tanto o CSJT quanto os TRTs deverão inserir no SIGEST os seguintes dados: indicadores nacionais, da Justiça do Trabalho e específicos de cada órgão; índices de cumprimento das metas nacionais; planos de ação e projetos.

O CSJT atuará como órgão gestor do SIGEST, cabendo às áreas de planejamento, gestão estratégica e de tecnologia da informação dos tribunais atuarem como gestoras do processo de planejamento estratégico institucional e de TI de cada órgão, conforme suas competências, bem como realizarem o monitoramento dos resultados apresentados e da qualidade dos dados inseridos na ferramenta. Veja aqui a matéria completa.

(Marta Crisóstomo/TST e Patrícia Resende/CSJT)

Notas

Definidas punições a cessionário que não arca com despesas por uso de espaço público

O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) publicou, dia 3 de dezembro, a Resolução nº 119 do CSJT. O documento acrescenta dois artigos à Resolução CSJT nº 87, reforçando a obrigação das entidades que utilizam espaço público cedido pelos órgãos da Justiça do Trabalho de custearem despesas relativas à manutenção, limpeza e conservação, fornecimento de água e luz, além de vigilância e taxas condominiais. A alteração decorreu de consulta feita pelo TRT da 5ª Região (BA).

A corregedoria do Regional afirmava que a seccional da OAB na Bahia se recusava a ressarcir as despesas de manutenção do espaço que ocupava nas dependências do tribunal.

O relator, ministro conselheiro Emmanoel Pereira, reafirmou a necessidade de o cessionário, ainda que entidade ou órgão cuja atuação seja imprescindível à administração da Justiça, participar do rateio proporcional das despesas. Veja mais no site.

(Patrícia Resende/CSJT)

Jurídico do BB e membros da AGU participarão de palestra

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) promove, nesta quarta-feira (12/12), palestras para servidores da área jurídica do Banco do Brasil e membros da Advocacia Geral da União.

O presidente do comitê gestor do PJe-JT, desembargador Cláudio Brandão, fará uma apresentação detalhada do sistema, a exemplo do que foi feito há cerca de dez dias para advogados da Caixa Econômica Federal.

Além de conhecer a fundo o PJe-JT, sobretudo as funcionalidades disponíveis para advocacia, os participantes poderão sugerir melhoria ou a criação de novas funções, conforme as necessidades. de cada órgão.

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente

Presidente
Ministro João Oreste Dalazen
Vice-Presidente
Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho
Ano 2 – Número 56 – 10 de dezembro de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST
Assessoria de Comunicação do CSJT
Contato: caroscolegas@tst.jus.br

Arena da Amazônia receberá ato pelo Trabalho Seguro dia 17

Mais um estádio que será palco da Copa do Mundo de 2014 receberá o ato público pelo Trabalho Seguro, na segunda, dia 17 de dezembro. A Arena da Amazônia (foto) será a 11ª obra a receber o ato, que já passou pelos estádios do Maracanã (RJ), Mineirão (MG), Mané Garrincha (DF), e Castelão (CE), pelas arenas das Dunas (RN), Corinthians (SP), Pernambuco (PE), do Grêmio (RS), Fonte Nova (BA), Pantanal (MT), pela Itaipu Binacional (PR) e pelo canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho (RO), mês passado.

O evento, promovido pelo TST e CSJT com o apoio do TRT da 11ª Região (AM/RR) pretende alertar os trabalhadores sobre os riscos das atividades diárias, já que a construção civil é a recordista no número de mortes em acidentes. A Arena da Amazônia está sendo construída no lugar antes ocupado pelo antigo Estádio Vivaldo Lima. A Arena terá capacidade para 44,5 mil torcedores. Atualmente, cerca de 1,6 mil operários trabalham na obra.

(Marta Crisóstomo/TST)

Enciclopédia de segurança no trabalho da OIT será traduzida para o português

Em uma iniciativa do Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin) do programa Trabalho Seguro,a Enciclopédia sobre Saúde e Segurança no Trabalho, da OIT, será traduzida para o português e colocada à disposição de trabalhadores e empregadores, nas versões impressa e digital. Para dar início ao projeto, membros do grupo firmaram parceria com a OIT, no ato representada pelo seu assessor de imprensa, Severino Goes, e com a Transpetro, por meio da coordenadora do Centro de Informação e Documentação da empresa, Maria Isabel Cabral da Tranca, em reunião realizada no TRT-RJ, dia 29 de novembro.

Caberá à OIT a cessão dos direitos de publicação da Enciclopédia, para viabilizar a iniciativa, enquanto a Transpetro será a patrocinadora do trabalho de tradução dos seis volumes da obra. A data de lançamento da Enciclopédia em português ainda não foi definida, mas ficou acordado que, no dia 28 de abril de 2013, quando se comemora o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, será feito o anúncio da edição, em nível nacional, da referida publicação. Atualmente, a Enciclopédia da OIT sobre Saúde e Segurança no Trabalho pode ser consultada, gratuitamente, apenas nos idiomas inglês e espanhol, no sítio da organização. Veja a íntegra da matéria no site do Programa.

(TRT-RJ/Amatra-1)

Homenagens

Ministro Ermes Pedrassani e Oscar Niemeyer discutem obras do prédio

TST presta homenagem a Oscar Niemeyer

As linhas modernas e inconfundíveis de Oscar Niemeyer também embelezam e contribuem para o melhor funcionamento da Justiça do Trabalho. O arquiteto, falecido dia 5 de dezembro, foi o responsável pelo projeto do novo prédio do TST, inaugurado em 2006, em Brasília. Veja mais detalhes sobre a construção do prédio do TST, e sobre a obra do arquiteto.

Desenhada em 1996, a obra congrega beleza arquitetônica e funcionalidade, com amplos espaços que acomodam as necessidades presentes e futuras da mais alta instância da JT. "Oscar Niemeyer acolheu prontamente a nossa reivindicação e tornou esse prédio, para o nosso maior conforto, não só um prédio belo, mas também funcional", destacou o presidente do TST, João Oreste Dalazen, em homenagem prestada pelo Tribunal ao arquiteto.

(Augusto Fontenele e Taciana Giesel/TST)

TST emite nota de pesar pelo falecimento do ministro Hylo Gurgel

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, divulgou nota de pesar pelo falecimento do ministro aposentado do TST, Hylo Bezerra Gurgel, que morreu dia 30 de novembro, aos 86 anos, na cidade de Salvador (BA). O presidente expressou seu profundo pesar pelo desaparecimento de Hylo Gurgel, que foi um exemplo de vida e referência de incansável devotamento à Justiça do Trabalho.

Hylo Bezerra Gurgel nasceu em 9 de fevereiro de 1926 na cidade de Lavras da Mangueira, no Ceará. Iniciou sua trajetória na magistratura trabalhista em agosto de 1960, quando foi nomeado para o cargo de juiz do trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, em Sergipe. A partir de novembro de 1989, passou a ocupar o cargo de ministro do TST, onde ficou até a aposentadoria, em 06 de outubro de 1995.

(Ricardo Reis/TST – Ascom TRT5)